

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.706 - SP (2019/0015139-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : TNG COMERCIO DE ROUPAS LTDA**  
**ADVOGADOS : MAURO CÉSAR DA SILVA BRAGA - SP052313**  
**ROGÉRIO GOMES GIGEL E OUTRO(S) - SP173541**  
**AGRAVADO : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA BRAGA RAMOS -**  
**MICROEMPRESA**  
**ADVOGADO : MATHEUS ALCANTARA SANSON - SP358334**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **TNG COMERCIO DE ROUPAS LTDA**, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, visa reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 120, e-STJ):

Agravo de Instrumento. Ação ordinária em fase de cumprimento de sentença Decisão que indeferiu pleito de reconhecimento de fraude à execução Ausência de comprovação da insolvência da agravada Inexistência de registro de arresto ou penhora anterior à venda a terceiro ou prova de má-fé do adquirente Aplicação da Súmula 375 do STJ Ausência de demonstração dos requisitos necessários à caracterização da fraude à execução Possibilidade de discussão, se caso, de eventual fraude em processo autônomo. Nega-se provimento ao recurso.

Nas razões do especial (fls. 132-138, e-STJ), a recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 792, IV, do CPC/15. Sustenta, em síntese, a existência de má-fé da executada em razão da transferência do imóvel, bem assim da sucessão ilegal reconhecida na r.decisão de primeiro grau.

Sem contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade (fl. 170-171, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo do artigo 1.042, CPC/15 (fls. 178-187, e-STJ), no qual o agravante pretende a reforma da decisão impugnada.

Sem contraminuta (fls. 190, e-STJ).

É o relatório.

O recurso não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido

2. No tocante à apontada ofensa ao art. 792, IV, do CPC/15, sustenta a insurgente a ocorrência de fraude à execução em razão da má-fé da agravada quanto ao procedimento de alienação do imóvel dado em garantia.

O Tribunal local, por sua vez, assim decidiu:

No caso em tela, a ação foi ajuizada no ano de 2007 e a alienação do

imóvel pela agravada ocorreu no ano de 2011, restando incontroversa a existência de demanda ao tempo da alienação. Todavia, não se pode afirmar pelas provas constantes dos autos a insolvência da agravada, o que seria essencial para a caracterização da fraude à execução, segundo o disposto no inciso IV do preceito legal supra citado.

**Deve-se destacar, ainda, que não houve o registro de arresto ou da penhora anteriormente à venda e compra realizada com terceiro, nos termos do inciso III do dispositivo legal mencionado, ou a demonstração de má-fé do adquirente,** requisitos que seriam imprescindíveis à caracterização do instituto, segundo o disposto na Súmula 375 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

“Súmula. 375. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.”

Dessa forma, deve prevalecer a R. Decisão agravada, pois, não há prova nos autos suficiente à caracterização do instituto da fraude à execução, cabendo à agravante, em vista do direito creditício que lhe foi reconhecido, ingressar com ação própria para, se caso, discutir eventual fraude em processo autônomo.

Observa-se que a questão acerca da sucessão de empresas não foi objeto da R. Decisão agravada, relegando-se a discussão da matéria aos autos principais. (fls. 128-129, e-STJ)

Como se vê, o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual para o reconhecimento da fraude à execução, consoante o disposto na Súmula nº 375/STJ, depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO RECONHECIDA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIRO. 1. Há contradição no acórdão que reconhece ser do credor o ônus de provar a má-fé do adquirente de imóvel no caso de não estar registrada a penhora sobre ele incidente e, ao mesmo tempo, determina a abertura de instrução processual para que este possa comprovar sua boa-fé. 2. "A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração é possível, em hipóteses excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária" (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 101.948/RS). 3. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes. (EDcl no REsp 956.943/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2015, DJe 14/12/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. RESPONSABILIDADE CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. JULGAMENTO POR MAIORIA. ART. 942 DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JULGAMENTO

EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. ALIENAÇÃO DA MARCA DA EMPRESA EXECUTADA. FRAUDE À EXECUÇÃO RECONHECIDA. MÁ-FÉ DA ADQUIRENTE (SÚMULA 375/STJ). REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA (SÚMULA 7/STJ). PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC/2002. NÃO INCIDÊNCIA. OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO EM AÇÃO ACIDENTÁRIA. RECURSO IMPROVIDO. [...] **5. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula 375/STJ). O Tribunal de origem, examinando as circunstâncias peculiares da causa, entendeu evidenciada a ocorrência de fraude à execução na alienação da marca da empresa executada, assim como a má-fé da adquirente. No caso, portanto, a revisão do acórdão recorrido exigiria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).** 6. Obrigação de pagamento de indenização reconhecida em sede de ação acidentária transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença, não se justificando a aplicação da regra de prescrição relativa à pretensão de ressarcimento de enriquecimento ilícito, transmutando a natureza da dívida cobrada. 7. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1233242/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 24/09/2018). [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. CADEIA DE PROCURAÇÕES. AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM. RESPONSABILIDADE DA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE PEÇA QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDA AO AGRAVADO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 115/STJ. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. CONHECIMENTO DO AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE REGISTRO DE PENHORA E/OU PROVA DE MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE. SÚMULA 375/STJ. INEXISTÊNCIA. PROVIMENTO. 1. Cabível a excepcional atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração dado o equívoco na premissa da decisão proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça. 2. Afasta-se a aplicação do verbete nº 115 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça se a juntada da cadeia de procurações era de responsabilidade do agravante na origem e o ora recorrente era agravado, não podendo este ser penalizado por erro na conduta de seu ex adverso, que inclusive havia apontado expressamente no recurso os nomes dos patronos. **3. Nos termos do verbete nº 375 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e do posicionamento firmado no Recurso Especial nº 956.943/PR, julgado sob o rito dos repetitivos, o reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.** 4. Não tendo o Tribunal de origem registrado a presença de nenhum dos referidos requisitos, não se pode declarar a ineficácia da cessão de bens feita pelo executado, devendo ser mantida a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau. 5. Embargos de declaração acolhidos com atribuição de efeitos infringentes para se conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial para afastar a fraude à execução por ausência de demonstração de requisito. (EDcl no AgRg no AREsp 774.529/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe

24/10/2018). [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA Nº 375 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. BOA-FÉ DE TERCEIROS. REVISÃO. SUMÚLA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça. **3. O reconhecimento da fraude à execução, consoante o disposto na Súmula nº 375/STJ, depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.** 4. Rever a conclusão firmada pelo tribunal local de que o imóvel foi adquirido de boa-fé por terceiros demandaria o reexame de circunstâncias fático-probatórias dos autos, procedimento inviável no recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ. 5. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. 6. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1155615/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018). [grifou-se]

Desta forma, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior acerca da matéria, o recurso especial não merece prosperar, ante a incidência da Súmula n. 83 do STJ, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ademais, a modificação de tal entendimento lançado no *decisum* recorrido, nos moldes em que ora postulada, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

**3.** Por fim, importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA. 1. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula 7 do STJ. **2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que**

**falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes.** 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1716736/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018). [Grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURADO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CABIMENTO 1. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial. **2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso [...].** 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1217869/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 27/04/2018). [Grifou-se]

**4.** Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator